

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Há três anos, em julho de 2016, depois de uma visita ao Centro de Saúde de Lagos, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre os problemas nesta unidade de saúde (pergunta n.º 2839/XIII/1ª).

Em particular, o PCP denunciou a existência de um elevado número de utentes sem médico de família, exigindo a adoção de medidas urgentes para ultrapassar este problema e garantir o acesso aos cuidados de saúde primários no concelho de Lagos.

Na sua resposta, o Governo informou que a Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS Algarve) se encontrava a implementar um conjunto de medidas «*com vista a melhorar e reforçar a prestação de cuidados a todos os utentes que procuram as unidades de saúde da região, incluindo as existentes no concelho de Lagos*».

Entretanto, em maio de 2018, por iniciativa do Grupo Municipal da CDU, a Assembleia Municipal de Lagos solicitou à ARS Algarve informação atualizada sobre o número de utentes sem médico de família.

Na sua resposta, em setembro de 2018, a ARS Algarve informou que o Centro de Saúde de Lagos contava com 18 médicos, 16 dos quais com a especialidade de Medicina Geral e Familiar, e que 77,7% dos 33.143 utentes inscritos tinham médico de família atribuído.

Nessa mesma resposta à Assembleia Municipal de Lagos, a ARS Algarve acrescentou: «*Estima-se que muito em breve, [...] a percentagem de utentes com médico de família atribuído seja de 92,6% em todo o concelho de Lagos*» (sublinhado nosso).

Volvidos 9 meses, importa verificar se o objetivo definido pela ARS Algarve – cerca de 93% de utentes com médico de família no concelho de Lagos – foi atingido.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao

Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Foi atingido o objetivo definido pela ARS Algarve, em setembro de 2018, de ter «*muito em breve*» cerca de 93% de utentes com médico de família no concelho de Lagos? Em caso negativo, que medidas serão adotadas para garantir o cumprimento desse objetivo?
2. Que medidas adicionais serão adotadas para garantir, no concelho de Lagos, a atribuição de um médico de família a todos os utentes? Quando estima o Governo que esse objetivo possa ser atingido?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)